

Lucas do Rio Verde/MT: modernização agrícola e expropriação dos agricultores

Fernanda Celina Nicoli da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Edison Antônio de Souza

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Abstract: The expansion of agricultural frontiers in the Brazilian Amazon occurred in many places, together with the transformation of its agricultural profile. In the case of the state of Mato Grosso, and specifically the municipality of Lucas do Rio Verde, a series of plans and programs during the civil-military government stimulated migration to that region. However, in the municipality, a model of aquaculture that was highly dependent on new technologies and capital was encouraged, in which the majority of the decapitalized farmers could not continue to produce without specific State incentives, leading to their expropriation and consequent land concentration.

Keywords: Agricultural frontier, agricultural modernization, civil-military dictatorship, colonization, oral history, Lucas do Rio Verde

O golpe civil-militar de 1964 mergulhou o Brasil em uma ditadura que iria perdurar por mais de duas décadas. A ditadura civil-militar durou muito graças ao apoio da sociedade civil, parte da Igreja católica e setores da indústria e grande parte dos grandes fazendeiros. O cientista político uruguaio René Armand Dreifuss (1981), escreveu um clássico sobre o golpe. Dreifuss documenta bem a conexão entre militares e civis, o que prova que o golpe, além de militar, também foi civil. Documenta as ações do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) na articulação e financiamento da derrubada do presidente João Goulart. A partir do golpe de Estado de 1964 no Brasil e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida. Neste contexto histórico-político, os novos bandeirantes retornam à cena da cartografia política brasileira para fincar definitivamente as esporas no território norte mato-grossense, redefinindo e apropriando espaços, onde vendem os sonhos, projetam as cidades, selecionam seus ocupantes e forjam identidades.

O debate teórico em torno do desenvolvimento no período mais recente vem sendo acompanhado pela reflexão de diversos autores. Neste campo podemos destacar Souza Martins, que sobre o termo fronteira, nos revela que ela de modo algum, se reduz e se resume à fronteira geográfica:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. (Martins, 1997:13)

Souza Martins afirma ser a fronteira, também chamada frente pioneira, tão característica da história do Brasil, e dos chamados 'países novos' e extensos, mais do que fronteira demarcada pela expansão geográfica da economia capitalista, tem sido, sobretudo, fronteira do humano. De acordo com o referido autor, 'a fronteira é o espaço próprio de encontro de sociedades e culturas entre si diferentes, como as sociedades indígenas e a chamada sociedade civilizada; lugar da pretensa epopeia da frente pioneira e dos também chamados 'pioneiros' e 'civilizadores'. É o lugar da busca desenfreada de oportunidades, mas também do genocídio dos povos indígenas, do massacre dos camponeses pobres, da subjugação dos frágeis e desvalidos' (Martins, 1997:13).

Nesta perspectiva, Tavares do Santos considera que a fronteira gera a exclusão social. 'É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização'. (Santos, 1993: 244). De qualquer forma, seja como um lugar de refúgio e reconstrução, seja como um lugar de desilusão e fracasso, a fronteira é o lugar da utopia.

Acontece que havia entre os camponeses das regiões de origem, de certa forma acuados pela falta de terras, um desejo de reproduzir-se como camponeses, quer tratando-se deles mesmos em melhores terras ou em áreas mais extensas, ou de seus filhos em condições semelhantes. Por conseguinte, esta 'sede de terra' fez surgir, também, um 'sonho da terra' entre esses camponeses que queriam continuar sendo camponeses. (Santos, 1993: 258)

Vários autores das ciências sociais afirmam que a história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção que, conseqüente, irão formar as novas cidades da Amazônia mato-grossense. Neste contexto, podemos afirmar que, a transformação da agricultura na Amazônia Legal se intensificou por meio de uma série de programas e planos de incentivos durante o Governo Civil-Militar pós 1964. Esses programas visavam promover uma modernização na agricultura brasileira e atendiam a proposta do Estado Brasileiro em tornar o País num grande exportador, principalmente de produtos agrícolas. No entanto, isso ocorreu sem serem respeitadas as especificidades das populações, o que gerou formas desiguais de acesso à terra e inúmeros conflitos sociais. (Joanoni Neto, 2014).

A Amazônia dentro dessa perspectiva era compreendida pelo Estado como um 'espaço vazio', assim diversos programas e planos do Estado com o apoio da iniciativa privada, buscaram promover uma intensa migração para essa região, principalmente a partir da década de 1970. Numa preocupação que também era geopolítica, de integrar o território amazônico ao restante da economia do país, uma série de políticas públicas foram implantadas visando a colonização e ocupação da fronteira norte mato-grossense. Esses movimentos migratórios para a Amazônia, impulsionados pelo Estado através de políticas oficiais, procuravam diminuir as 'tensões' no campo de outras regiões brasileiras, ocasionadas por uma estrutura fundiária excludente e, além disso, devido à expulsão e expropriação das famílias do campo decorrente da valorização da dita modernização agrícola já em curso, por exemplo, no Sul e Sudeste do país.

Muitos dos chamados projetos de colonização, implantados durante o governo civil-militar tiveram a condução do Estado ou da iniciativa privada e tornaram-se empreendimentos imobiliários, nos quais não houve o assentamento das pessoas na terra com igualdade de

oportunidades. A Amazônia é heterogênea, contraditória, desigual. A região amazônica possui uma riqueza em diversidades naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas. Por outro lado, apresenta contradições, conflitos e grandes potencialidades para os povos da floresta, como índios, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, garimpeiros e outros. Grandes desafios apresenta também aquela região frente às novas territorialidades do capital e da informação. Em vez disso muitas das terras amazônicas brasileiras foram comercializadas ou cedidas pelo próprio Estado à iniciativa privada, como nos projetos de colonização privados.

No município de Lucas do Rio Verde/MT, localizado na área de transição dos biomas Cerrado e Floresta Amazônica na região médio-norte do Estado de Mato Grosso, houve a implantação dos chamados projetos de colonização pública, a fim de intensificar a ocupação desse espaço, bem como aliviar as ‘tensões’ em outras regiões. No entanto percebemos que um fator importante capaz de impulsionar a transformação da agricultura nesse local foi a atuação de programas específicos para o desenvolvimento do Cerrado, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

Aliados a esses programas específicos, o Cerrado mato-grossense também recebeu a contribuição do crédito rural fornecido pelos bancos estatais como o Banco do Brasil e a atuação da pesquisa agropecuária realizada principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que propiciou a produção de determinadas *commodities*, como é o caso da soja, nos solos e climas adversos do Cerrado.

No entanto, quando nos referimos aos incentivos para a ocupação e a agricultura no Cerrado, devemos lembrar que entre os agricultores, houve um acesso desigual aos meios para se produzir em um modelo proposto, o que gerou enorme concentração de terras e de renda nessas áreas. Nesse sentido, nossa preocupação será compreender como esse processo se desencadeou em Lucas do Rio Verde/MT.

Para isso, através de relatos orais e pesquisa bibliográfica, iremos caracterizar quais os grupos que participaram no momento da intensificação da ocupação e quais as principais dificuldades encontradas em praticar a agricultura no município, que fez com que muitos não tivessem condições de manter suas terras ocasionando a concentração fundiária.

A ocupação de Lucas do Rio Verde/MT e a transformação de seu perfil agrícola

A abertura da rodovia BR 163, que foi executada pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC), no início da década de 1970 se tornou a principal via de acesso para Lucas do Rio Verde e região norte de Mato Grosso. A partir desse período houve a venda de terras nesse local, intensificando dessa foram o processo migratório do Sul para a Amazônia. Os agricultores que adquiriram terras nesse período, mais tarde seriam denominados ‘posseiros’, no entanto eles compraram áreas, mesmo que legalmente fossem consideradas devolutas.

No fim dos anos de 1970, seguindo a política de colonização especificada no Estatuto da Terra de 1964, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a demarcar as terras próximas a essa rodovia, também conhecida como Cuiabá-Santarém, com o objetivo de mais tarde instalar projetos de colonização. No caso de Lucas do Rio Verde, o INCRA entrou em contato com as cooperativas Holambra do interior de São Paulo e foram realizados estudos de viabilidade com a finalidade de implantar um projeto de colonização em conjunto nesse local. No entanto, essa ação público-privada que envolvia o INCRA e a cooperativa foi adiada em virtude da urgência do Estado em dismantelar o crescente acampamento de

agricultores expulsos do campo que se reuniram na localidade de Encruzilhada Natalino, Ronda Alta no Rio Grande do Sul (Rocha, 2010).

Assim em 1981 foi criado o Projeto Especial de Assentamento (PEA) Lucas do Rio Verde, com a finalidade de assentar os agricultores sem-terra do Sul do país. Porém, de acordo com Rocha 2010, demonstrando a falta de interesse do Estado em administrar o projeto, em 1982 foi fundada a Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde Ltda (COOPERLUCAS) trazendo para esse espaço algumas famílias vinculadas à Holambra, firmando a parceria público-privada na condução do projeto de colonização. É nesse momento inclusive que ocorre a regularização fundiária das terras dos chamados 'posseiros' em Lucas do Rio Verde. Há ainda outro grupo que constituiu essa formação inicial, vinculados à COOPERLUCAS e ao Projeto de Colonização Piúva, projeto este vinculado ao PRODECER II.

Com isso, podemos perceber a complexidade que implicou a ocupação de Lucas do Rio Verde, pois vários grupos foram envolvidos nesse processo. A intensidade da migração nesse período remete às questões que havíamos colocando anteriormente, relacionada a intenção do Estado em ocupar esse espaço e também a expropriação que ocorria em outras regiões brasileiras. O que devemos nos atentar nesse caso, é que essas ações acabaram trazendo vantagens para esse local o que despertou o interesse de certos grupos, já que esses benefícios como o Projeto PRODECER facilitariam a implantação de um modelo de agricultura altamente dependente de capital, que possui como características a utilização em larga escala da tecnologia no campo com uso de máquinas, adubos químicos e produção para exportação, resultados do processo de modernização conservadora do campo brasileiro, que produziu uma intensa concentração fundiária, a monocultura e a não reforma agrária. A proximidade com a BR-163, como um importante eixo de escoamento, características geográficas como topografia plana, ideal a 'maquinização', estações do ano bem definidas, uma chuvosa e outra seca, luminosidade propícia e abundância de recursos hídricos, aliada à pesquisa agrícola, além de recursos financeiros importantes destinados à fronteira agrícola do Cerrado, foram os motivos específicos que tornaram esse espaço propício para a implantação desse modelo de agricultura e um alvo de interesse para a implantação de vários projetos de colonização.

Através do método de história oral e da análise de bibliografia já produzida sobre Lucas do Rio Verde e região, percebemos que a forma como foram implantadas essas políticas demonstram a desigualdade de oportunidades. Por mais que esses grupos fossem distintos, as políticas voltadas à agricultura em larga escala demonstraram que a proposta era manter preferencialmente os agricultores capitalizados e que detinham um perfil empresarial. Dessa forma a financeirização da agricultura em Lucas do Rio Verde de modo perverso explorou, excluiu e expropriou os trabalhadores e consolidou a estrutura da média e grande propriedade rural.

Dentre os próprios 'posseiros', grupo que não participou diretamente dos projetos de colonização, haviam aqueles que não se encaixaram no perfil de empresário rural. Esse grupo teve suas terras regularizadas em 1982, como coloca Rocha (2010) 'no final de 1979 com a chegada dos funcionários do INCRA na região estabeleceu-se um acordo informal entre os posseiros e o Executor do INCRA para regularização das terras' (Rocha, 2010: 89). Assim, ressalta a autora, já no fim dos anos 1970 criou-se uma situação de muita instabilidade na qual esses 'posseiros' teriam que demonstrar 'boas intenções', ou seja, a intenção de produzir no modelo proposto e inclusive estabelecendo contatos políticos para que suas terras fossem regularizadas.

Além dos 'posseiros' que tiveram suas terras expropriadas pelo INCRA, por não seguirem os 'acordos' estabelecidos pelo executor do projeto, sucedendo inclusive situações de

violência, entendemos ainda que dentro desse grupo havia aqueles que apesar de terem mantido parte de suas áreas de terra, teriam maior dificuldade em produzir por serem descapitalizados. Podemos observar essa questão, no relato da agricultora M.C.¹, que comprou terras, migrando com sua família no ano de 1980, e que com a chegada do INCRA passaram a serem denominados ‘posseiros’. Atualmente ela reside em sua pequena propriedade nas proximidades do perímetro urbano de Lucas do Rio Verde.

Quando nós chegamos, ficamos... Bom, eu na verdade quase não trabalhei mais, só em casa, porque na roça não tinha como. O primeiro ano ajudamos o pai a catar raiz, no caso os meus irmãos a catar raiz lá, onde é que nós tava morando, dois anos catamos raiz lá, que eles plantavam arroz na época. (...) E depois o V. [marido dela] trabalhou cinco anos de empregado, fazendo casa, construir, ele trabalhou lá no Arlindo no Lago Azul lá trabalhou um ano e meio fazendo barracão e a sede dele e depois quando começou a cidade aqui que o INCRA entrou, ele construiu casa do INCRA em Lucas do Rio Verde. (...) Então, tem casa que o V. fez lá naquela praça, como que é... Pioneira lá tem ainda duas casas de madeira lá do INCRA, feita. (...) Ele tinha que trabalhar lá porque é o único serviço que entrou ali, porque daí nós não tinha máquina no caso, e nós tinha só a terra no caso né, não tinha dinheiro, e daí ele começou a trabalhar de empregado e quando entrou o INCRA pegamos cento e cinco hectares aqui, daí que começou, compramos um trator e começamos a trabalhar na terra, mas lá, eu acho que já... Eu não sei bem quando a época, mas acho que uns oito ou nove anos que nós tava aqui que começamos a trabalhar na roça nós também [...]. (Relato de M. C. Entrevista realizada na residência da entrevistada, dia 01 de fevereiro de 2016, duração da entrevista 20min 27s)

Identificamos no relato de M. C. que era importante possuir um mínimo de capital para praticar a agricultura na região. Por isso, nos primeiros anos em que sua família esteve no município, eles desempenharam outras funções que não a agricultura. Esse modelo agrícola requeria muitos investimentos, desde a abertura da área ‘desmate’, bem como a preparação do solo, que não produzia o tipo de cultura que se almejava sem a correção de nutrientes adequada. Portanto a necessidade de investimento era intensa, não só em relação à abertura e correção do solo, mas também a tecnologia para produzir como maquinário e insumos, desse modo o fato de possuir a terra não garantia mantê-la produzindo no modelo estabelecido.

Mais tarde a instalação do Projeto Especial de Assentamento – PEA de Lucas do Rio Verde manifestou o descaso ainda maior com os trabalhadores, pois os agricultores sem-terra trazidos de Encruzilhada Natalino em Ronda Alta, dependiam dos auxílios estatais, por serem descapitalizados. Em relação à produção agrícola eles se viram endividados nos primeiros anos que praticaram a agricultura em Lucas do Rio Verde, que necessitava primeiramente da preparação do solo, utilização de maquinário e tecnologia para se produzir nesse perfil agrícola. O relato de A.I.J.O., agricultora de Ronda Alta que veio para o município por intermédio do projeto do INCRA em 1981, demonstra a precariedade de condições destinada aos assentados em Lucas do Rio Verde.

¹ Como uma opção metodológica, decidimos não revelar os nomes das pessoas entrevistadas apontando apenas as iniciais de seus nomes.

[...] eles davam um tanto, por exemplo, o governo ajudou a abrir (...) eu acho que um hectare, não tenho certeza se eram um ou dois hectares, na frente só (...) aí vinha adubo e semente pra plantar isso (...) a gente plantava de maquininha, aquelas matracas que fala. Porque tinha, era pouquinho, mas tinha, é que era muita gente, aí tinha, eu não lembro, um trator ou dois com plantadeira, mas para fazer tudo, aí quando chegava às vezes lá no último já tinha passado a época, ficava muito tarde, não dava tempo pro pessoal plantar tudo, ajeitar. Nós era pouquinho mesmo, aí eu e ele [o marido] ia plantando e plantava. (Relato de A. I. J. O. Entrevista realizada na residência da entrevistada, dia 24 de maio de 2016, duração da entrevista 26min 22s)

Nesse relato podemos perceber o grande número de pessoas atendidas pelo projeto, esses agricultores em sua maioria eram descapitalizados, e ainda não recebiam as condições necessárias para produzir no modelo proposto, já que como a entrevistada aponta o número de maquinário era reduzido. Assim, a falta de maquinário disponível e a forma como era articulada a utilização deste, nos mostra o descaso com as famílias envolvidas nos projetos de colonização. O que se percebe é que o modo como era pensado a produção agrícola, impedia que o produtor descapitalizado produzisse em tal modelo.

Com a falta de estrutura, que não foi devidamente ofertada no projeto, o endividamento dos produtores ocasionado pela imposição de um modelo agrícola altamente dependente de capital e assistência técnica, gerou consequências extremamente perversas, pois a grande maioria não teve condições de manter seus lotes de 200 hectares, das 203 famílias que migraram, menos de 14 permaneceram no município (Zarth, 1998), demonstrando o descaso do Estado em oferecer condições para assentar as famílias descapitalizadas.

Em relação aos agricultores trazidos por intermédio da cooperativa, chamados 'paulistas', eles também se viram presos à valorização da chamada modernização agrícola. Isso pode ser observado através da atuação da cooperativa COOPERLUCAS, que de acordo com Santos (2009), o crescimento acelerado, o distanciamento dos interesses dos sócios-fundadores, por conta da burocratização, contribuiu para a manipulação dos associados. Assim, esses agricultores com experiência no cooperativismo viram reduzir a sua possibilidade de questionamentos afastando-os do projeto inicial, que era a assistência aos pequenos produtores. Para o agravamento da situação, houve a queda da cooperativa devido a um suposto desvio de recursos, tornando ainda mais difícil a resistência de seus associados. (Santos, 2009).

O Projeto de Colonização Piúva, promovido pelo PRODECER II e também vinculado à cooperativa, no entanto era mais vantajoso de acordo com Rocha 2010, pois recebeu infraestrutura, contando com assistência técnica e maiores recursos, motivo que o fez tornar-se mais atrativo aos agricultores. Contudo, ser selecionado para participar do projeto requeria que o agricultor se enquadrasse no perfil empresarial, excluindo assim muitos trabalhadores.

No relato de O.E., agricultor aposentado que reside em Lucas do Rio Verde, percebemos que alguns agricultores migraram sem necessariamente manterem ligação com os projetos de colonização. No caso do entrevistado ele comprou terras em Lucas do Rio Verde a partir da venda da sua propriedade no Rio Grande do Sul. Porém, a lógica seria a mesma, da produção agrícola dependente de capital, de modo que o entrevistado teve que vender sua área de terra.

[...] Lá no sul a gente saía. Dez, quinze minutos já estava no comércio e aqui levava meio dia, pra ir no banco levava um dia e mal atendido que era um colosso, ficava a semana inteira, nem olhavam pra gente e tinha que vim pra casa lavar a roupa, pra semana que

vem voltar. (Relato de O. E. Entrevista realizada na residência do entrevistado, dia 17 de dezembro de 2015, duração da entrevista 12min 31)

Nesse caso, o entrevistado relata as dificuldades em conseguir financiamento no banco para custear a produção. O agricultor migrou em 1982, nesse período os agricultores de Lucas do Rio Verde buscavam financiamento na agência do Banco do Brasil no município de Diamantino. Percebemos nesse relato que além da dificuldade de locomoção por conta da precariedade das estradas, obter o financiamento era algo dificultoso. O. E. descreve que no Banco sua figura era vista com indiferença, ficando claro o descaso com os pequenos produtores descapitalizados.

A financeirização da agricultura ocorreu de forma tão intensa que muitos trabalhadores não conseguiram produzir e sem alternativas venderam suas terras a preços irrisórios, ou trocaram por passagem ou em alguns casos por comida. O que demonstra a precarização do projeto em Lucas do Rio Verde, de modo que o Estado além de não fornecer uma estrutura adequada, foi extremamente seletivo com os agricultores, que não puderam produzir no modelo proposto, o que se manteve foi o controle da terra para o benefício do capital.

No caso de Lucas do Rio Verde os projetos de colonização foram um fracasso, no que diz respeito a garantia do uso social da terra. A implantação desses projetos se deu com a falta de infraestrutura e recursos básicos como a saúde, educação, estradas. Essa série de adversidades demonstra que os projetos de colonização e assentamento, durante a ditadura civil-militar, não foram elaborados para incluir os trabalhadores, mas sim atender a pretensão de uma modernização técnica da agricultura, que se consolidou nesse local tendo como característica a presença das médias e grandes propriedades rurais.

Com o fracasso dos projetos de colonização devido à falta de condições proporcionada pelo Estado aos agricultores descapitalizados, somente os agricultores mais capitalizados, que já tinham algum conhecimento técnico continuaram produzindo, esses foram adquirindo terras ampliando ainda mais a concentração fundiária no município.

Considerações finais

Assim, os projetos de desenvolvimento agrícola para o Cerrado, como por exemplo, o PRODECER, priorizaram a produção da soja e demais *commodities* agrícolas, como milho e algodão, impondo uma lógica contrária às especificidades produtivas do Cerrado mato-grossense e da população residente, ou ainda dos colonos descapitalizados que migraram.

Desse modo, é possível perceber que foi preconcebido um modelo, onde políticas públicas, planos e programas, acabaram valorizando e priorizando a grande propriedade monocultora. A forma como o Estado conduziu essas políticas, demonstra que ocorreu em detrimento à fixação dos trabalhadores no campo, à pequena propriedade, ou seja, o uso social da terra.

No caso de Lucas do Rio Verde a introdução de novas tecnologias e a consequente financeirização da agricultura que ocorreu de maneira tão intensa e sem ajuda estatal acabou gerando a expropriação dos agricultores menos capitalizados. Sendo um elemento que marca os relatos dos entrevistados que é evidenciado em suas memórias, de modo que eles não conseguem pensar outra forma de agricultura que não a maquinizada e quimificada.

No contexto das Políticas de Colonização no Brasil Contemporâneo, destacamos a expansão do capitalismo na chamada fronteira agrícola, através do processo de 'modernização do campo', onde um conjunto de políticas públicas foram lançadas visando ampliar as bases

para sua industrialização. O avanço do capital feito rolo compressor, no chamado ‘progresso a qualquer custo’, tudo esmaga na rota da acumulação e da sua reprodução, teve o seu campo de atuação ampliada. É neste contexto, que entendemos a luta pela terra, as relações de poder e dominação, estudando o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade contemporânea. A ocupação da Amazônia brasileira (e mato-grossense) está inserida nesse processo histórico de disputas, interesses e contradições pela questão agrária, fundiária e ambiental. Estamos diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra esta, que foi mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes, e não para as pessoas que foram expulsas do campo ou da cidade e seguem em busca da terra prometida em regiões da fronteira em expansão da sociedade brasileira. Nas palavras de Barrozo (1992:08), ‘as profundas transformações que a agricultura brasileira tem passado a partir da década de setenta do século XX revela também, suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária’.

Dado o exposto, podemos perceber o desmonte do discurso da reforma agrária. A forma como foi conduzida a colonização, a precarização dos projetos e do acesso aos meios de produzir na terra, em benefício de uma financeirização cada vez maior no campo, transformou o acesso a produção agrícola em algo extremamente seletivo. Desse modo, quando os agricultores tiveram acesso à terra, mas não desfrutaram das mesmas oportunidades para produzir nela, e assim perderam suas propriedades, a ‘reforma agrária’ concebida pelo Estado, passou a ser vista como ineficaz.

Tendo em vista esses aspectos eles apontam que a questão agrária no Brasil foi pensada em favor do discurso da modernização e não em favor dos trabalhadores. Assim, podemos afirmar que a chamada modernização agrícola é um discurso que procura justificar a expansão do padrão tecnológico da agricultura, mas isso se deu mantendo velhas práticas como a permanência e valorização da grande propriedade, a concentração de renda, a exploração e expropriação dos trabalhadores do campo.

Mapa 1 – Localização do município de Lucas do Rio Verde – MT



Referências

- Barrozo, J. C. (2008) 'Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste', in J. C. Barrozo (org.) *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá : EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial.
- Dreifuss, R. A. (1981) *1964: A conquista do estado*. Petrópolis: Vozes.
- Joanoni Neto, V. (2014) 'Em busca de outros olhares: o período ditatorial brasileiro e a Amazônia Legal', in X. C. Barbosa et al. (org.) *História, memória e direitos humanos. 50 anos da ditadura militar no Brasil*. Salvador: Editora Pontocom.
- Ianni, O. (1979) *Colonização e contra-reforma agrária da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- Ianni, O. (1986) *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Martins, J. S. (1997) *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC.
- Rocha, B. N. (2010) '*A trama do drama: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT*'. Tese de Doutorado não publicada, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Santos, J. V. T. (1993) *Matuchos: exclusão e luta – do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, S. A. L. (2009) *Percursos e percalços no cerrado mato-grossense: memórias da cooperativa e da migração - Lucas do Rio Verde (1981-1987)*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- Souza, E. A. (2013) *O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso*. Cuiabá: Editora da UFMT.
- Zarth, L. L. (1998) *Desencanto na nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.